

# INACEITÁVEL A RESPOSTA DO GOVERNO

*Exigimos que o governo negocie  
com o sindicato, para atender  
nossas reivindicações*

**O** Sindsep, junto com os trabalhadores, não aceita a resposta da Prefeitura de São Paulo, no Ofício CRT nº. 11/15, através do qual nega as principais reivindicações do Nível Médio Administrativo.

É de conhecimento de todos, que o Governo assumiu compromissos em protocolo com o Sindsep na Campanha Eleitoral, que desde 2013, depois que repôs as perdas salariais do NB e NM, os trabalhadores não teriam perdas salariais, que faria reabertura das opções aos não optantes do NM (AGPP e AST), pois eles não tiveram reposição das perdas salariais de 42,47% e que faria uma reestruturação na nossa carreira, além da mudança da lei salarial.

Percebemos que após 2013 o Governo está enrolando em negociar com o sindicato e trabalhadores do NM-Adm.

## Reabertura de Opção

Como resposta ao pedido de reabertura de opção para os servidores não optantes do PCCS-NM, a Administração disse que acha importante essa reabertura, porém, mais uma vez, não estipula prazo algum para fazê-la. A Prefeitura assinou protocolo juntamente com o Sindicato, assumindo compromisso de reabrir opção em janeiro deste ano, o que até agora em novembro, ainda não ocorreu. Reafirmamos que são cerca de 300 trabalhadores ativos da administração direta, das autarquias do SFMSP e do IPREM que estão esperando essa reabertura, lembrando que o governo, naquele momento de 2013, não estendeu a reposição das perdas a eles. A reabertura das opções proposta ainda é retroativa a 2004, pois o governo não considera e não quer negociar o tempo que decorreu desde a criação da carreira até agora.

## Reposição das perdas

No ponto da reposição das perdas salariais de 16% do período de 2013 a 2015 e aumento real de 11%, a resposta do governo demonstra que não quer fazer nada, além de ficar enrolando nas mesas. Pois dizer que a reposição das perdas em 2013 é suficiente até 2016 é inaceitável como resposta de um governo que diz que leva sério as mesas de negociação.

Em relação ao índice de aumento real indicado pela Prefeitura (que seria de 16,56%), vê-se que, na prática, a realidade é outra: mesmo considerando o acúmulo da inflação calculado pela Fipe (IPC-Fipe), as carreiras de nível médio administrativo acumularam perdas superiores aos reajustes desde sua criação, inclusive levando em conta o reajuste de 42,47% e os quadrimestrais do período, que culminarão, ao final de 2016, em um salário com poder de compra 24,3% mais baixo do que possuía em 2004.

Período	% IPC-Fipe	Reajustes	%	Tipo de Reajuste
fev 2004 a dez 2014	68,60%	2005	1,17%	Linear
2015 (boletim focus)	9,66%	2006	0,97%	Linear
2016 (boletim focus)	5,06%	2011	0,82%	Linear
Acumulado 2004-2016	94,2%	2011	0,01%	Linear
		2012	0,01%	Linear
		2013	0,18%	Linear
		2013	42,47%	Somente para NM
		<b>Total</b>	<b>47,0%</b>	-

**Perdas: -24,3%**

Entre os anos de 2005 e 2014 o orçamento do município de São Paulo cresceu 233%, enquanto a despesa com pessoal cresceu apenas 139% - em valores nominais, significa que saímos de um orçamento de 15,2 bilhões, em 2005, para um orçamento de 50,6 bilhões em 2014. Nesse mesmo período, a variação do piso dos AGPPs foi de 44,3% - incluindo a reposição de 2013 - passando de pouco mais de R\$630 para R\$920. Já a despesa com pessoal sai de 5,4 bilhões para 13 bilhões em 10 anos.

As receitas correntes líquidas crescem em um ritmo menos acelerado que o orçamento, mas ainda assim crescem mais do que as despesas com pessoal, que representavam, em 2014, apenas 34,4% das receitas correntes líquidas do município (veja o gráfico na página ao lado).

## Concurso de remoção

Ao ser questionada sobre o direito de os servidores participarem de concurso de remoção, semelhante ao que já ocorre anualmente na SME, facilitando o trânsito de trabalhadores dentro de cada uma das secretarias ou entre outras secretarias, a gestão respondeu que se trata de um tema difícil e não deu uma resposta objetiva.

O Sindicato entende que é preciso iniciar uma discussão sobre o assunto e a Prefeitura não pode protelar este debate, mesmo que sua aplicação não seja imediata, é fundamental que formas de resolução desse problema sejam pensadas.

A dificuldade de trânsito dentro de cada uma das secretarias, e entre elas, é um tema que gera grande descontentamento e desmotivação pela falta de perspectiva que, apesar de ocuparem cargos largos, ficam presos aos seus postos de trabalho, mesmo quando há vagas em outros locais – de interesse dos/as servidores/as – para a mesma função que desempenham.

Defende-se inicialmente que, pelo menos uma vez por ano, como ocorre na Educação, seja possível participar de concursos de remoção, para postos de trabalho dentro de cada secretaria e que, caso ocorra concurso público, haja um processo de remoção entre secretarias antes de os ingressantes tomarem posse dos cargos (como já ocorreu com outras categorias, por exemplo, a dos procuradores). A remoção entre secretarias poderia ocorrer em períodos mais amplos, a cada 3 anos, por exemplo, seria uma proposta para começar a discussão.

## Capacitação do servidor

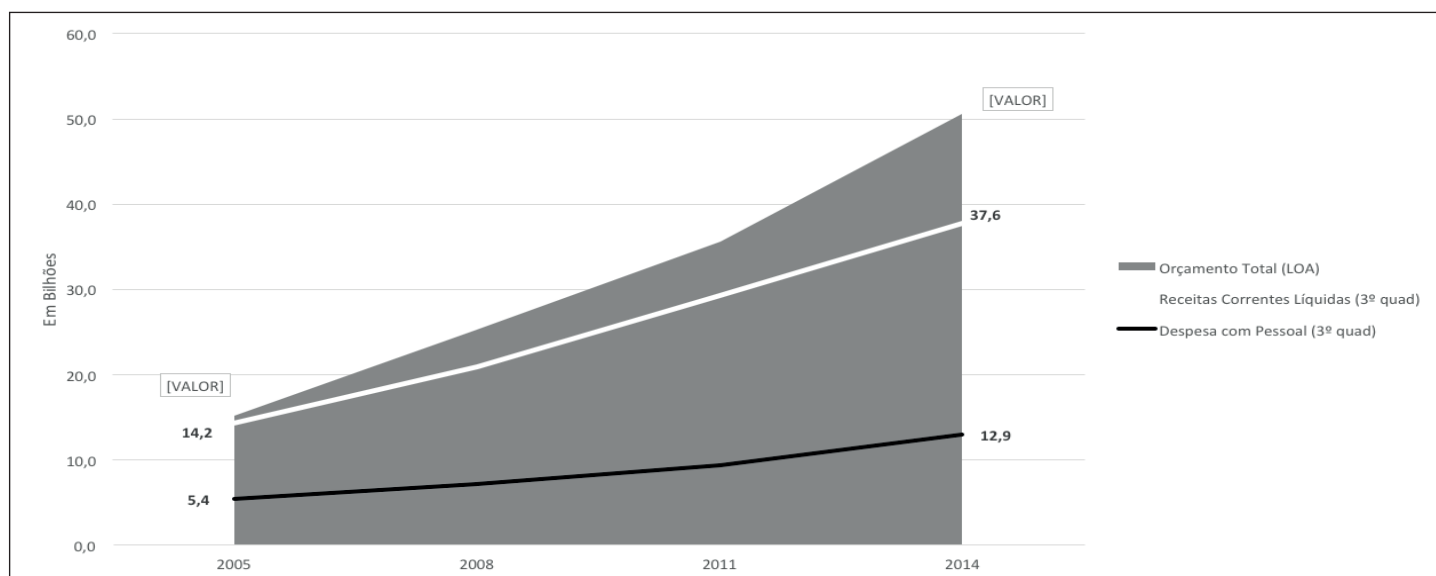
Quanto à capacitação do servidor, fundamental para a progressão e promoção dentro da carreira, ressalta-se a urgência de sua reestruturação dada a dificuldade que os servidores e servidoras encontram para fazer esses cursos. Para tanto é preciso que se tenham prazos mais objetivos, pois o Sindsep reitera a necessidade de se discutir sobre a capacitação e formação, e tem propostas para contribuir ao debate.

Assim como a valorização da formação dos servidores e servidoras que têm ensino superior, proposta que não foi respondida pelo governo, mas que vem sendo defendida pelos/as servidores/as, e tem mais de uma forma de ocorrer dentro da carreira.

## Revisão da evolução funcional

Sobre a revisão da evolução funcional, pede-se que a prefeitura defina quais são os “critérios previamente estabelecidos” que devem reger a solicitação de progressão e promoção dos servidores/as. Hoje, há uma distorção na primeira progressão que afeta as carreiras dos servidores de nível médio administrativo, mas que já foi corrigida em outros planos – como foi o caso do Nível Universitário, para o cargo de especialista em 2007, de forma que a primeira progressão ocorra automaticamente após o servidor ter sido confirmado no cargo. E, após isso, o servidor possa progredir pelo menos a cada dois anos de efetivo exercício, e não ter que esperar até o mês de junho de cada ano. Uma vez que a resposta foi negativa para a diminuição do tempo de 24 meses para 18 meses.

Hoje, 41% da categoria está entre no M9 ou no M10, e têm em média, respectivamente, 24 e 26 anos de Prefeitura, quatro anos a mais do que deveriam ter se tivessem tido a oportunidade de progredir adequadamente, sem os atrasos anuais ocasionados pela perda da data



de referência (junho), inclusive por motivo de doença ou pela demora de regulamentação da lei, exemplo, na promoção levou mais de 6 anos para ser regulamentada.

## Gratificação de atividade

Referente ao direito à Gratificação de Atividade aos Aposentados e ao reconhecimento, por parte da PMSP, da contagem de tempo para todos os quadros e carreiras, inclusos os servidores admitidos, não-optantes, aposentados e pensionistas, com a revisão dos reenquadramentos, ocasionando a revisão e elevação dos padrões de vencimentos, a Prefeitura, infelizmente, prefere manter a injustiça pra quem já foi prejudicado. A Gratificação de Atividade para os aposentados foi negada, uma vez que, segundo a Administração, só possui direito a ela quem está em atividade.

Reivindicamos a incorporação da GA aos salários, em cumprimento ao protocolo assinado pela Prefeitura.

REFERÊNCIA ATUAL	Valores de referência atuais (J-40)	Valores com Incorporação da GA e reajuste de 28,7%
M1	R\$ 920,00	R\$ 2.013,71
M 2	R\$ 979,80	R\$ 2.090,70
M 3	R\$ 1.043,49	R\$ 2.172,70
M 4	R\$ 1.111,31	R\$ 2.260,03
M 5	R\$ 1.183,55	R\$ 2.353,04
M 6	R\$ 1.260,48	R\$ 2.452,09
M 7	R\$ 1.342,41	R\$ 2.557,58
M 8	R\$ 1.429,67	R\$ 2.669,92
M 9	R\$ 1.522,60	R\$ 2.789,57
M 10	R\$ 1.621,56	R\$ 2.917,00
M 11	R\$ 1.877,78	R\$ 3.246,88
M 12	R\$ 1.999,83	R\$ 3.404,03
M 13	R\$ 2.129,82	R\$ 3.571,40
M 14	R\$ 2.268,26	R\$ 3.749,64
M 15	R\$ 2.415,70	R\$ 3.939,47

Ficou sem resposta a proposta que o nível médio mantenha como salário inicial de carreira M 1 50% do NU em 2016 ( R\$ 3.540,00) conforme a proposta para a carreira do Engº. Mantendo o quinquênio, sexta parte, o cargo incorporado, ações judiciais.

Por fim, quanto à abertura de novos concursos públicos para o Nível Médio Administrativo, outra resposta vaga, sem trazer uma data para a realização dos mesmos. Há muitos servidores em processo de aposentadoria, sobretudo nas carreiras de AGPP e AST. Pois na prática já vêm sendo contratados trabalhadores/as sem concurso público por programas como o “jovem SUS” e outros por terceirização como as OS’s e sendo colocados em funções administrativas e técnicas.

É fundamental que a Prefeitura apresente prazos para as poucas propostas do sindicato a que respondeu assertivamente.

Enquanto a Prefeitura continua em insistir em outras formas de contratação sem concurso, não realiza novos concursos, quando questionada sobre a terceirização, que prejudica a qualidade do serviço público, diz que valoriza o servidor municipal. Onde está a valorização?

Assim, nós perguntamos como a prefeitura vai conseguir cumprir os compromissos assinados com o sindicato em protocolo? Se as respostas foram negativas e não apresentam nada, além de não definir como vão continuar as negociações.

**O Sindsep e o GT Nível Médio Administrativo convocam uma plenária dos trabalhadores do Nível Médio no dia 27/11 às 10 horas, no Centro de Formação do sindicato - Rua Barão de Itapetininga, 163, onde discutiremos nossa organização e participação no ato do dia 17/11, às 10 horas, cobrando da prefeitura retomar as negociações e o atendimento das nossas reivindicações, entendemos que a prefeitura tem as condições de atender nossas pautas. Não é a crise econômica que é preocupante, mas principalmente a falta de vontade política do governo de discutir possibilidades.**